

“Arbitragem é realidade que veio para ficar”, diz Lewandowski

Os grandes negócios não passam mais pela Justiça, pois necessitam de agilidade, enquanto o Judiciário é lento, custoso e extremamente burocratizado. Neste cenário, a arbitragem é uma realidade que "veio para ficar", no Brasil e no mundo todo.

Nelson Jr./SCO/ STF



Ricardo Lewandowski, ministro do STF Nelson Jr./SCO/ STF

Esta é a visão do ministro **Ricardo Lewandowski**, do Supremo Tribunal Federal. Nesta segunda-feira (27/6), o magistrado participou do [X Fórum Jurídico de Lisboa](#), em Portugal, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Para ele, o Judiciário está "assoberbado" — assolado por um grande número de feitos — e portanto é preciso que parte do seu trabalho seja resolvido pela própria sociedade. Assim, os "conflitos que digam respeito a direitos disponíveis", segundo o ministro, "devem ser negociados efetivamente pelas partes".

O ministro considera que "grande parte das atividades humanas podem perfeitamente ser resolvidas por meio da negociação". Por exemplo, "conflitos relativos a locações podem ser perfeitamente combinados por acordo entre as partes, eventualmente com um técnico que possa fazer a conciliação ou a mediação".

Ele lembrou que até mesmo as eleições, na maior parte dos países, são organizadas pelos próprios partidos políticos ou parlamentos. "Não há necessidade de judicializar uma eleição — salvo onde há conflitos, onde há eventual dissenso com relação à contagem, ou onde haja necessidade efetiva de uma intervenção para afastar um potencial de ruptura", assinalou.

Mesmo assim, o magistrado entende que os 17 mil juízes brasileiros têm cumprido a sua missão, sobretudo para preservar a institucionalidade: "Creio que o Poder Judiciário tem contribuído efetivamente pra manter a paz social".

Lewandowski também destacou a importância de se investir na Justiça virtual — que, de acordo com ele, tem dado certo nos tribunais superiores. "No STF, as sessões virtuais têm substituído com vantagem

as sessões presenciais", ressaltou. Para o magistrado, até mesmo audiências de primeiro grau e interrogatórios de réus na área criminal terão de ser virtuais.

O X Fórum Jurídico de Lisboa conta com o apoio da FGV Conhecimento, do Instituto Brasileiro da Insolvência (Ibajud), do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) e do escritório Décio Freire Advogados.

Clique [aqui](#) para assistir à entrevista ou veja abaixo:

Date Created

27/06/2022